

Câmara pode limitar pagamentos do IPC

O deputado Adroaldo Streck (sem partido, RS) apresenta segunda-feira projeto de lei proibindo o pagamento de aposentadoria a pessoas que ocupam cargo ou função na administração pública. O projeto é consequência da denúncia feita pelo **Jornal de Brasília** sobre o pagamento de 683 aposentadorias a ex-parlamentares que cumpriram mais de oito anos de mandato. A pensão é paga pelo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), que necessita de uma subvenção da União — a título de suplementação orçamentária — equivalente a dois terços de sua receita bruta.

O presidente José Sarney é um dos aposentados do IPC e recebe uma pensão de NCz\$ 5.346,32 pelos 27 anos de mandato. A menor pensão paga hoje pelo IPC é de NCz\$ 1.542,98 — o que corresponde a oito anos de mandato —, enquanto a máxima é de NCz\$ 5.980,23 — equivalente a 30 anos de mandato.

Intenção

A intenção do deputado Adroaldo Streck, com a apresentação desse projeto, é acabar “com a imoralidade de se ver autoridades ganhando pela sua aposentadoria e, também, pelo novo cargo que exercem”. Assim, se o projeto for aprovado, o presidente José Sarney e os ministros da Justiça, Oscar Dias Corrêa, e da Cultura, José Apareci-

Arquivo 11.3.87



Adroaldo: “Imoralidade”

do de Oliveira, que recebem pensão do IPC, terão que optar por um dos dois vencimentos: ou a aposentadoria ou o salário do cargo que ocupam no serviço público.

O projeto de Streck atinge também os governadores de São Paulo, Orestes Quércia; do Maranhão, Eptácio Cafeteira; do Paraná, Alvaro Dias; e de Goiás, Henrique Santillo, entre outros. O deputado gaúcho desafia o próprio Congresso Nacional em relação a aprovação ou rejeição do projeto:

“Já que estamos lutando pela moralidade, vou propor esse projeto e agora vamos ver se os congressistas estão interessados em moralizar a coisa pública”.

Imoralidade

Para alguns parlamentares, no entanto, o ponto principal das aposentadorias do IPC diz respeito a necessidade de repasse de verbas públicas para a concessão das pensões, já que a arrecadação das contribuições dos segurados é insuficiente para suprir as despesas. O próprio vice-presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), afirmou que “alguma medida” deve ser adotada para acabar com essa subvenção. Ele propôs que a alíquota de contribuição fosse aumentada, para que o órgão pudesse tornar-se auto-suficiente.

Para o líder do PC do B, Haroldo Lima (NA), o ideal nesse caso é a extinção do IPC. Ele é “contra o privilégio” de aposentadorias após oito anos de mandato, ao seu ver, “imoral”. O deputado José Genofino (PT-SP) acredita que o IPC pode ser mantido, desde que a legislação seja alterada para impedir a destinação de verba complementar da União.

“Provavelmente, o valor da pensão será reduzido drasticamente, mas não podemos admitir que o trabalhador acabe custeando o privilégio de 683 pessoas”.